

TÍTULO
Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII)
Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica

COORDENAÇÃO
Luís Adão da Fonseca

REVISÃO
Luís Adão da Fonseca
Maria Cristina Pimenta
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
Cepese e Fronteira do Caos Editores Lda.

CAPA
Jaime Regalado

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Barbosa e Filhos Lda.

DEPÓSITO LEGAL
376 041/14

ISBN CEPESE
978-989-8434-25-8

ISBN FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.
978-989-8647-19-1

1.ª EDIÇÃO
PORTO – MARÇO 2014

CEPESE
Rua do Campo Alegre, 1021
4169-004 Porto
cepese@cepese.pt
www.cepese.pr

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.
Apartado 52028
4202-801 Porto
fronteiradocaos@netcabo.pt
www.fronteiradocaoseditores.pt
<http://nafronteiradocaos.blogspot.com/>

Luís Adão da Fonseca
(coord.)

ENTRE PORTUGAL E A GALIZA
(SÉCS. XI A XVII)

UM OLHAR PENINSULAR
SOBRE UMA REGIÃO HISTÓRICA



CEPESE



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES

PARTE II

A MONARQUIA COMO VETOR DE IDENTIDADE E DE DIVERSIDADE

Mafalda Soares da CUNHA

Esta parte tem como matéria central a monarquia na sua qualidade de agente impulsionador das identidades reinícolas separadas de Portugal e da Galiza, numa cronologia longa que abrange os séculos XII a meados do XVII. Essa a razão pela qual a perspectiva de análise dos textos aqui reunidos tem como foco principal os instrumentos que a Coroa foi gerando, seja para construir o território, seja para lhe conferir governabilidade. Mas embora se atribua ao rei um papel central nestes processos, os autores destes estudos não perdem nunca de vista que a ação régia se desenvolveu em interrelação com o espaço social envolvente, gerando relações de poder que condicionaram as práticas da governação dos territórios. Têm igualmente presente as características dominantes da cultura política dessas épocas pelo que enquadram as suas análises no modelo de governo jurisdicionalista. Reconhecem, por isso e também, que a evolução histórica de ambos os territórios foi o resultado de uma multiplicidade de dinâmicas (políticas, económicas e sociais), que se foram sedimentando em diversas formas institucionais e em práticas sociais que propiciaram tanto a continuada acumulação de diferenças, quanto a persistência de referenciais identitários partilhados.

Como o objeto desta obra coletiva é a compreensão dos processos históricos que conduziram à partição de uma região histórica – a *Gallaecia* romana – em dois espaços políticos separados, a preocupação dos autores em comparar os mesmos fenómenos na Coroa de Portugal e no reino da Galiza foi uma constante. Mas essa atenção comparativa procurou ir mais longe ainda. Em resultado da precoce configuração da Coroa castelhana-leonesa da qual a Galiza faz parte e da conseqüente deslocação do centro político para esses reinos, os autores sentiram a necessidade de compreender as formas e, sobretudo, as conseqüências da integração do reino galego num quadro espacial mais amplo. Primeiro no âmbito dessa mesma Coroa castelhana-leonesa e, a partir do reinado dos Reis Católicos, no espaço do conglomerado territorial da

Monarquia Hispânica, que, como é bem conhecido, acabou por abarcar múltiplos domínios europeus e americanos. E, para o caso português, sentiu-se a necessidade de compreender em que medida o alargamento territorial promovido desde o séc. XV, e a subsequente construção de uma monarquia à escala pluricontinental, promoveu especificidades e particularismos identitários face à Coroa castelhano-aragonesa, seja no interior do reino, seja na cena internacional.

É evidente que esta grelha de inquérito não se podia concretizar através de um tratamento exaustivo das diversas matérias pertinentes. Assim, se o enfoque nas dinâmicas geradas a partir do centro político constituiu uma primeira demarcação da análise, foi necessário num segundo momento delimitar os objetos de estudo concretos. Os critérios utilizados para esta segunda circunscrição visaram, por isso, identificar campos de atuação das duas monarquias com particular significado para a construção de trajetórias e representações políticas separadas entre Portugal e a Galiza e entre Portugal e Castela. A perceção dos riscos de incursões teleológicas foi grande, pelo que os autores combinaram de forma cuidadosa vetores de análise de tipo mais estrutural com a atenção aos contextos e, também, à contingência. As dimensões voluntaristas da ação régia foram, por isso, sempre estudadas em interação com o espaço político e o espaço social, tomados no seu sentido mais amplo e abrangente.

O roteiro do presente texto concretizou-se primeiro no estudo da diversidade de processos que geraram o quadro territorial sobre a qual as monarquias estruturaram o seu poder, e depois nas diversas formas de intervenção das duas Coroas sobre os respetivos reinos. Teve-se particular atenção a alguns momentos-chave, como foram os casos da decisão de D. Afonso Henriques deslocar o centro da sua ação política para Coimbra, a política reformista de D. Manuel, D. João III e a criação da Inquisição e 1580 e 1640, embora as análises procurem sobretudo apresentar grandes linhas de interpretação sobre os sentidos e as consequências de certas decisões das monarquias ibéricas.

O capítulo inicia-se com a análise dos processos de apropriação e de construção do território num arco cronológico longo e em geografias muito diversas. Esses processos combinam dinâmicas de ação de origem social diversificada, que espelham interesses também variados e cujos resultados nem sempre corresponderam às intenções iniciais dos próprios intervenientes, fossem eles indivíduos ou quaisquer tipos de poderes instituídos. Implicaram por isso uma pluralidade de formas de incorporação territorial que deram origem a um espaço político, também ele múltiplo e plural. A sua posse pela Coroa foi legitimada através da construção e da reelaboração dos princípios doutrinários disponíveis na cultura política de então. Os espaços de conquista, como Granada e os domínios ultramarinos, foram depois enquadrados institucionalmente através da transferência e adaptação de modelos político-administrativos pré-existentes nas Coroas ibéricas. No entanto, essa prática mais impositiva coexistiu

com o respeito pelas particularidades reinícolas dos domínios agregados por direito de herança. Em qualquer caso, o espaço territorial alargado das monarquias ibéricas suscitou e propiciou o desenvolvimento de dinâmicas que tiveram impacto na configuração dos diversos grupos sociais.

Se a análise do espaço político implicaria a identificação dos atores, das estruturas e dos processos que condicionaram o exercício político e modelaram as práticas da governação dos territórios, o ensaio que aqui se faz, embora não dê evidentemente resposta a todos estes tópicos, teve como propósito captar alguns dos dispositivos institucionais que as monarquias ibéricas desenvolveram na relação com os respetivos territórios e como esse enquadramento institucional contribuiu, ou não, para a uniformização do espaço político. O enfoque incidiu sobre as instituições vocacionadas para a administração territorial em Portugal, em Castela e na sua parte galega, com o objetivo da comparação entre os respetivos processos e tendo em vista a expressão *regional* que estes cargos podiam ter e/ou que as práticas dos seus titulares lhes possam ter emprestado. Teve ainda como propósito evidenciar os efeitos que a criação e disseminação desses dispositivos institucionais tiveram sobre os diversos grupos sociais, assim como o uso que estes deles fizeram ao serviço de interesses particulares. Sem qualquer pretensão de exaustividade, selecionaram-se também alguns casos. São eles os que estão associados à institucionalização da rede judiciária e às formas de governo delegado da monarquia, plasmados nas competências atribuídas às figuras do governador e, quando foi o caso, do vice-rei. A reconhecida centralidade política da figura régia foi depois analisada a partir dos efeitos que a sua ausência gerou na Galiza em Portugal. Finalmente, o estudo da Inquisição oferece um caso de um dispositivo institucional particularmente significativo na promoção de referentes sociais e religiosos comuns sobre o conjunto alargado dos territórios das duas monarquias. E, neste caso concreto deteta-se uma clara aproximação a um dos temas tratados em outro dos capítulos desta obra coletiva – as fronteiras –, ou seja a construção social e política da alteridade.

O ponto relativo ao espaço económico considera em que medida a intervenção e participação da Coroa na economia (estruturas produtivas e relações de produção, preços, moeda, fiscalidade, comércio) contribuiu para criar uma entidade económica ao reino de Portugal, separada da Galiza ou de Castela. O processo não foi linear e admite respostas com sentidos contrapostos. Assim, a análise de vetores como a moeda ou certas dimensões da fiscalidade e a especialização portuguesa no sistema europeu (a partir do séc. XVI) permitem responder afirmativamente à questão; em contrapartida se o inquérito for dirigido à avaliação do grau de integração do mercado interno, o que sobreleva são as diferenças regionais e as dificuldades de integração, configurando um espaço económico pulverizado que se estruturava por

interesses e privilégios predominantemente particulares, localistas que contam histórias de resistência à transformação do reino numa unidade económica.

Este capítulo encerra-se com os estudos sobre os efeitos que os dispositivos de ordenamento do espaço social criados pela Monarquia tiveram na promoção da autoridade régia e na conformação dos diversos grupos sociais. Neste sentido são analisados os efeitos identitários, mas também de dependência política provocados pela criação régia de diversos dispositivos de classificação social como os títulos nobiliárquicos, as distinções das Ordens Militares, as “familiaturas” do Santo Ofício, ou requisitos sociais para as nomeações, entre outros; ou dos mecanismos de acrescentamento do controlo social para aceder aos vários níveis e espaços de participação na ação política como são os casos de alguns cargos governativos ou magistraturas; ou ainda sobre a reprodução de certos grupos sociais como é a Lei Mental ou a limpeza de sangue.

Os resultados das análises apontam situações contrastantes. Assim, se por um lado estes dispositivos legais e institucionais contribuíram para dotar os diferentes grupos sociais de uma identidade mais homogénea dentro de cada uma das Coroas ibéricas, demonstram que tal fenómeno também provocou uma crescente estratificação interna dentro de cada um dos grupos. Os resultados alcançados revelam igualmente os efeitos que a distância do centro político provocou na configuração desses diferentes grupos nos diferentes territórios. Deste modo, explica-se como é que as crescentes necessidades das monarquias nos campos militar, fiscal, religioso e administrativo suscitaram esforços ordenadores no quadro legal, mas também oportunidades de serviço e de promoção social entre os vassallos. Assinala-se ainda como as características multicontinentais do território contribuíram para intensificar a circulação geográfica de gente oriunda de diversos estratos sociais, promovendo fenómenos de diferenciação social complexos também à escala multicontinental. A observação destas dinâmicas, desvenda igualmente quer o desenvolvimento de tensões internas aos diversos grupos sociais e destes para com a monarquia, quer a incorporação dos valores e de pautas de comportamento definidos pelos órgãos centrais das duas Coroas.

Deste quadro geral, e necessariamente incompleto, sobressaiem algumas ideias fortes. Desde logo e por comparação com a época medieval, a diminuição das relações significativas entre Portugal e a Galiza ao nível da “grande política”. Tanto a Coroa portuguesa, quanto os seus vassallos foram elegendo cada vez mais o espaço da Coroa castelhana-leonesa, depois o da Coroa castelhana-aragonesa, como a sua área privilegiada de circulação, de diálogo e de interinfluências no quadro peninsular. Este fenómeno é, de resto, também observado no reino da Galiza e não impede que se reconheça a vitalidade do espaço transfronteiriço galaico-minhoto para as comunidades nortenhas. O que porventura diferencia substantivamente Portugal da Galiza prende-se com a importância que para os lusos assumiu a reorientação da “grande

política” para os domínios ultramarinos, enquanto para os galegos a via de saída e de oportunidades parece ter sido buscada sobretudo dentro do espaço peninsular. Talvez por isso os galegos se apresentem mais como recetores de novidades político-institucionais exteriores ao seu território do que como promotores de iniciativas para a defesa de particularismos regionais. O que não os inibe, evidentemente, de desenvolver reações tendentes seja a potenciar as oportunidades da incorporação na Coroa castelhano-aragonesa, seja a resistir avulsamente ao que contrariava os interesses dos diversos corpos particulares.

Os diferentes níveis de observação que os autores realizaram permitem, no entanto, assinalar várias continuidades significativas ao nível dos grandes princípios de organização da sociedade e em muitas soluções institucionais concretas promovidas pelas Coroas ibéricas na Galiza, em Portugal ou em Castela. Permitem igualmente sublinhar o envolvimento dos diversos grupos sociais na ação política das monarquias, qualquer que seja a escala de observação (central, local, ultramarina, europeia). Do conjunto ressaltam, portanto, processos de diferenciação identitária entre os diversos grupos sociais do espaço peninsular que são complexos e não lineares. Cumpre, no entanto, destacar que em certos momentos chave o voluntarismo régio concorreu para acelerar esses mesmos processos de diferenciação. E o tempo foi consolidando esta acumulação de diferenças.